----------ATA nº06/2025----------

--------Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, pelas dezassete horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu-se em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão com a seguinte ordem de trabalhos: ---------

----1-Ponto prévio antes da ordem do dia; ----------

----2-Tomada de posse de membro da Assembleia Municipal; ---------

----3-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Regimento da Assembleia Municipal, para o quadriénio 2025-2029; ----------

----4-Recondução/designação de cidadão eleitor para integrar a CPCJ- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila Velha de Ródão; ----------

----5-Eleição de representante das Juntas de Freguesia para integrar as seguintes entidades: ----------

----a)- Conselho Municipal de Educação; ----------

----b)- Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais; --

----c)- Conselho Cinegético Municipal; ----------

----d)- Centro de Coordenação Operacional Municipal. ----------

----6-Eleição de membros deste Órgão para integrar a Comissão Municipal de toponímia; ----------

----7-Apreciação, discussão e eventual aprovação da Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais de 2025; ----------

----8-Apreciação, discussão e eventual aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2026 e seguintes; ----------

----9-Apreciação, discussão e eventual aprovação da Mapa de Pessoal para 2026; ----------

----10-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Contrato Programa entre o Município e o Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de Vila Velha de Ródão (CMCD); ----------

---- **11**-Apreciação, discussão e eventual aprovação da atualização do Anexo I do Contrato de Delegação de Competências do Município de Vila Velha de Ródão na Diretora do Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão para o Ano de 2026;----------

---- **12**-Apreciação, discussão e eventual aprovação da não aplicação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem;----------

---- **13**-Apreciação, discussão e eventual aprovação da fixação de Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis;----------

---- **14**-Apreciação, discussão e eventual aprovação da participação variável no I.R.S.;----------

---- **15**-Apreciação, discussão e eventual aprovação do lançamento de Derrama;----------

---- **16**-Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município nos termos da alínea c) do n°2 do artigo 25° da Lei 75/2013 de 12 de setembro;----------

---- **17**-Outros assuntos de interesse para o Município;----------

---- **18**-Período de intervenção do público nos termos do Regimento;-

---- A Srª Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, solicitando que o ponto 2 - ***Tomada de posse de membro da Assembleia Municipal,*** fosse executado de imediato possibilitando assim que, caso assim o entendesse, o novo membro pudesse já intervir de pleno direito desde o inicio da ordem de trabalhos, proposta esta aprovada por unanimidade.----------

---- A Presidente da Assembleia Municipal procedeu á tomada de pose do membro *Ivo Renato Diogo de Campos Patrício*, eleito pela lista do PARTIDO SOCIALISTA, por este não ter comparecido justificadamente aquando da instalação deste Órgão, que tomou posse como membro efetivo da Assembleia Municipal, conforme Termo de Posse assinado, que ficará arquivado junto aos documentos presentes nesta sessão.-

----De seguida procedeu à conferência dos membros, verificando-se a falta do membro, Luis Manuel Calheiros da Cunha Andrade, o qual justificou a sua ausência e em conformidade com o Regimento da Assembleia Municipal, solicitou a substituição, tendo assim estado presente em sua substituição o membro Cristina Maria Pires Carmona Marques. ----------

----O membro Luis Manuel Calheiros da Cunha Andrade, não foi substituído nas suas funções de 2° Secretário da Mesa deste Órgão, funcionando esta com a Presidente e a 1° Secretário.-- ----------

----Verificou-se também a falta do Vereador da Câmara Municipal, Victor Fernando Carmona Ramos. ----------

----A Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação a Ata da sessão ordinária realizada em 04/09/2025, informando que esta só iria ser votada pelos membros reeleitos presentes nessa sessão os quais, previamente, receberam a mesma, tendo sido esta aprovada pelos membros reeleitos presentes na sessão. ----------

----Em seguida foi dado conhecimento da correspondência remetida à Assembleia Municipal, ficando disponível para eventual consulta. --

----1-Ponto prévio antes da Ordem do Dia:----------

----O membro Maria José Sobreira começou por cumprimentar todos os presentes e em especial aqueles que iniciavam este mandato, desejando a todos muitas felicidades para o novo mandato e que a Assembleia Municipal decorresse com elevação e sentido de responsabilidade em prol dos munícipes. ----------

----Em seguida e em representação da bancada Socialista, solicitou a entrada neste ponto de uma Moção com o titulo "Moção de Congratulação", que após ser aceite por unanimidade a sua entrada, foi lida, dando-se aqui por transcrita, ficando a mesma anexa à presente Ata. Colocada a votação o teor da Moção, esta foi aprovada

por maioria, com 15 (quinze) votos a favor e 4 (quatro) votos de abstenção dos membros Joaquim Manuel Mendes Lopes, Ana Isabel Carmona Pereira Louro, Tiago Manuel Caetano Ferreira e Bianca Maria Cardoso Nawratil.----------

---- O membro Vitor Marques começou por cumprimentar todos os presentes, referindo que apesar de o novo quadriénio se ter iniciado no dia sete de outubro com a tomada de posse dos órgãos do Município de Vila Velha de Ródão, era hoje que se iniciava o verdadeiro debate de ideias entre as bancadas municipais democraticamente eleitas e representativas das gentes rodenses. Havia pessoas que transitavam do quadriénio anterior e havia caras novas a quem deu as boas-vindas, e que refletiam a evolução e mudança da própria democracia. Mais disse que todos os que aqui estavam, tinham sido eleitos por sufrágio pelos munícipes do Concelho de Vila Velha do Ródão e por isso todos, sem exceção, tinham o dever de representar esses mesmos munícipes de uma forma incondicional, firme e comprometida. Esse sentido deverá ser vinculado aos maiores interesses deste Concelho, focalizado em sugestões, soluções, propostas, opiniões e, sobretudo, tendo como prioridade o verdadeiro desenvolvimento do mesmo, a qualidade de vida dos rodenses e o futuro das crianças com segurança, dignidade e meios para que possam crescer felizes.----------

---- Nestes últimos anos, nesta mesma Casa da Democracia, existiram argumentações bem interessantes, interventivas e ainda outras que nada acrescentaram aos propósitos da Ordem de Trabalhos, mas tudo fazia parte do Estado democrático. Haverá, certamente, no futuro próximo, divergências e ideias contraditórias, debates interessantes, assim como partilhas em momentos mais exacerbados.-

---- Assim apelava no sentido de que os debates futuros que se

adivinhavam decorressem com firmeza, mas também com cordialidade, com convicções e principalmente pelo respeito mútuo, com frontalidade, mas, acima de tudo, com o foco primordial nos problemas e necessidades do Concelho de Vila Velha de Ródão e dos seus habitantes. O nosso Concelho, certamente, ficaria grato. -----

----O membro Joaquim Lopes, em nome do Grupo Parlamentar do PSD à Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão, apresentou os cumprimentos à Mesa, na pessoa da Srª. Presidenta eleita, Maria do Carmo e a restante composição, a todos os deputados que foram eleitos à Assembleia Municipal, bem como um agradecimento por estar aqui pela primeira vez. ----------

----Continuou agradecendo a todos os cidadãos e eleitores que votaram nas listas do PSD às eleições autárquicas de outubro de 2025, pois viam-no como um voto de confiança e como tal iriam cumprir o mandato de forma livre e responsável na defesa dos interesses dos munícipes de Vila Velha de Ródão. Depois, felicitou o Presidente eleito para a Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, António Carmona, e uma vez mais a Presidenta eleita para a Assembleia Municipal, Maria do Carmo, ambos pelo Partido Socialista, dizendo que iriam colaborar e interagir na resolução dos problemas que afetam as populações de Vila Velha de Ródão. ----

----Em seguida solicitou à Mesa a entrada de um requerimento, cujo teor é o seguinte: ----------

---- *"Joaquim Manuel Mendes Lopes, líder do grupo parlamentar, do PSD da Assembleia Municipal (AM), de Vila Velha de Ródão, vem, nos termos da alínea g) do artigo 28º do Regimento, junto da Exma. Sra. Dra. Maria do Carmo Sequeira, Presidente da AM propor o seguinte: -*

----*A implementação das gravações áudio e vídeo das sessões da Assembleia Municipal, e a digitalização das atas e o seu acesso*

livre, através dos meios próprios comunicacionais do Município." --

---- Após a leitura, foi votada a entrada deste documento tendo sido aprovada por unanimidade.----------

---- O membro Ivo começou por cumprimentar todos os presentes, dando os parabéns a todos os eleitos do Partido Socialista e do Partido Social Democrata esperando que todos tenham uns bons quatro anos aqui nesta casa, com algumas discussões, mas que, no fim de contas, todos façam sempre o melhor por Vila Velha de Ródão e estava certo que, independentemente da cor política, era isso que iria acontecer.----------

---- Quanto ao requerimento, na sua opinião, havia aqui duas ou três questões, que provavelmente podiam ser respondidas na discussão do Regimento, mas iria referi-las agora.----------

---- Primeiro, quando se fala em digitalização das Atas, não percebia se era das Atas já assinadas ou se era de uma minuta da Ata, porque esta já constava do site da Câmara Municipal, ou poderia ser a criação de outra página eletrónica, especificamente da Assembleia Municipal.----------

---- Quanto aos registos de áudio, estes já eram feitos, questionando se o proposto era no sentido de estes serem disponibilizados também na página da Câmara Municipal.----------

---- Por fim, qual é que seria a viabilidade, porque isto já foi discutido aqui no mandato passado, das gravações de vídeo, o que é que isso implicaria para a Assembleia Municipal, nomeadamente em matéria de custos para a Câmara Municipal.----------

---- A Presidente da Assembleia Municipal lembrou que as gravações de áudio já eram feitas. Em relação ao vídeo das sessões, teria que se analisar a legislação sobre isso além de que que implicava outros processos, porque poderá haver algum elemento da Assembleia

que não estivesse disposto a que a sua gravação de vídeo fosse divulgada. Aliás, isto era um problema que se colocava em todas as Assembleias do país. ----------

----Em seguida colocou a votação o conteúdo do requerimento, tendo o mesmo sido rejeitado com 4 (quatro) votos a favor e 15 (quinze) votos contra dos membros da bancada do Partido Socialista. --------

----O membro Arlindo Marques, começou por cumprimentar todos os presentes, dizendo que como era a sua primeira intervenção nesta Assembleia Municipal, não podia deixar de dar um cumprimento especial a todos os eleitos para este mandato de 2025-2029, garantindo aos restantes membros desta Assembleia Municipal e ao Executivo, que poderiam seguramente contar consigo para desenvolver um trabalho construtivo, profícuo e com sentido de compromisso para com os concidadãos do concelho, não esperando outra postura que não a mesma por parte de todos os membros das bancadas aqui representadas. ----------

----Em seguida, em nome dos membros da bancada Socialista, solicitou a entrada de uma Moção cujo titulo é "Contra a dilatação do prazo de encerramento da Central Nuclear de Almaraz", que passou a ler, dando-se aqui por transcrita, ficando a mesma anexa à presente Ata. ----------

----Após a leitura foi colocada a votação a entrada desta Moção na Mesa, tendo sido aprovada por maioria, com 15 (quinze) votos a favor e 4 (quatro) votos de abstenção dos membros Joaquim Manuel Mendes Lopes, Ana Isabel Carmona Pereira Louro, Tiago Manuel Caetano Ferreira e Bianca Maria Cardoso Nawratil. ----------

----Não havendo intervenções, foi o conteúdo da mesma colocado a votação, tendo sido aprovado por maioria, com 15 (quinze) votos a favor e 4 (quatro) votos de abstenção dos membros Joaquim Manuel

Mendes Lopes, Ana Isabel Carmona Pereira Louro, Tiago Manuel Caetano Ferreira e Bianca Maria Cardoso Nawratil.----------

---- O membro Célia Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Fratel, começou por cumprimentar todos os presentes e em nome da Junta de Freguesia de Fratel, saudou a Drª. Maria do Carmo Sequeira, recentemente eleita Presidenta da Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão, o Órgão máximo da representação democrática do Concelho, neste novo ciclo autárquico, desejando-lhe o maior sucesso no desempenho das suas funções. Que o seu trabalho seja guiado pelo diálogo, pela justiça e pelo compromisso com o futuro do Concelho e que o seu mandato seja marcado pela união, pela elevação e pelo contributo para o bem-estar na vida de Vila Velha de Ródão.----------

---- Também felicitou e saudou o Senhor António Carmona, eleito Presidente da Câmara Municipal, dizendo que estava certa de que o diálogo institucional, a partilha de ideias e o respeito mútuo, serão a base de um mandato profícuo e de sucesso. Manifestou desde já a total disponibilidade para cooperar de forma leal e construtiva com o seu Executivo, sempre em nome do interesse público e com um objetivo comum e que o trabalho agora iniciado se traduza em progresso e orgulho para todos os que vivem no nosso Concelho.----------

---- Aos restantes eleitos, desejou um mandato frutífero, marcado pela união, pelo diálogo, pelo trabalho construtivo e que todos possam honrar a confiança que nos foi depositada e que cada decisão tomada seja guiada pelo interesse coletivo. Servir a população era uma honra, mas também uma responsabilidade profunda, significava saber ouvir, compreender e responder às necessidades de todos, independentemente das ideologias políticas, mas também promover

consensos, trabalhar com o espírito de serviço público e contribuir para o bem-estar e a qualidade de vida do nosso Concelho. ---------

----2-Tomada de posse de membro da Assembleia Municipal; ---------

----Este ponto foi executado no inicio da Sessão. ----------

----3-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Regimento da Assembleia Municipal, para o quadriénio 2025-2029; ----------

----O membro Joaquim Lopes informou que pretendia apresentar uma proposta de alteração do Regimento da Assembleia Municipal, propondo ler apenas os pontos que introduzem as alterações dos artigos. ----------

----A Presidente da Assembleia Municipal referiu que, eventualmente, poderá haver várias propostas e nesse sentido propunha que a votação final do Regimento fosse feita na próxima sessão deste Órgão, dando assim a possibilidade aos membros de terem conhecimento de todas as propostas de alteração que possam ser apresentadas. Uma vez que o membro Joaquim Lopes já tinha uma proposta, esta entrará na Mesa e constará na próxima sessão para apreciação da mesma. ----------

----O membro Joaquim Lopes, concordou com o exposto pela Presidente da Assembleia Municipal, referindo em seguida algumas das alterações propostas. ----------

----A Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação a entrada das propostas apresentadas pelo membro Joaquim Lopes, tendo sido aprovado por unanimidade a entrada deste documento na Mesa. --

----Assim e pelo já exposto, propôs que o conteúdo do documento agora entrado não fosse apreciado e discutido nesta sessão, fazendo desde já parte integrante das propostas de alteração ao Regimento, propondo também que a apreciação, discussão e eventual aprovação do Regimento da Assembleia Municipal fosse feito na próxima Sessão

deste Órgão, proposta esta sido aprovada por unanimidade.---------

---- Para uma melhor organização, propôs também que quem tiver propostas de alteração do Regimento, deverá enviá-las para a Assembleia Municipal até oito dias antes da próxima da próxima, proposta esta aprovada por unanimidade.----------

---- ***4-Recondução/designação de cidadão eleitor para integrar a CPCJ- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila Velha de Ródão;***----------

---- O membro Maria José Sobreira, propôs à Assembleia o nome da professora Marília Manuela Nunes Belo Pires, uma pessoa que nos últimos tempos foi presidente da CPCJ, conhecedora dos procedimentos, empenhada, dedicada e à altura dos desafios desta instituição.----------

---- Não havendo mais nenhuma proposta e tendo sido solicitado pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila Velha de Ródão a designação de um cidadão eleitor para integrar esta Comissão, visto a cidadã Benvinda Maria Pires Dias, estar a cessar funções na mesma, a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e dando cumprimento ao estipulado no nº1 do artigo 26' da Lei nº147/99, de 1 de setembro, alterada pela Lei nº 142/2015, de 8 de setembro, designar a cidadã ***Marília Manuela Nunes Belo Pires***, para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Vila Velha de Ródão.----------

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.----------

---- ***5-Eleição de representante das Juntas de Freguesia para integrar as seguintes entidades:***----------

---- ***a)*** *- Conselho Municipal de Educação;*----------

---- O membro Maria José Sobreira, em nome da bancada Socialista, apresentou como proposta para este Conselho, a Célia Maria Sequeira

Ribeiro, Presidenta da Junta de Freguesia do Fratel, não havendo nenhuma proposta por parte da bancada do PSD. ----------

----Assembleia Municipal, após votação, deliberou, por unanimidade dos presentes, ao abrigo do disposto na alínea d), artigo 5° do Decreto-Lei n° 21/2019, de 30 de janeiro, nomear para o Conselho Municipal de Educação, aprovado por esta Assembleia em 30/04/2003, como representante das Juntas de Freguesia, a **Célia Maria Sequeira Ribeiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Fratel. ----------

----A presente deliberação foi aprovada em minuta. ----------

----***b)*** *- Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais;* --

----O membro Maria José Sobreira, em nome da bancada Socialista, apresentou como proposta para esta Comissão, a Benvinda Maria Pires Dias, Presidenta da Junta de Freguesia do Perais, não havendo nenhuma proposta por parte da bancada do PSD. ----------

----Dando cumprimento ao estipulado na alínea b) do n°1 do artigo 4°, do Regimento da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, a Assembleia Municipal, após votação, deliberou por maioria com 15 (quinze) votos, eleger a **Benvinda Maria Pires Dias**, Presidente da Junta de Freguesia de Perais, para integrar a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais do Município de Vila Velha de Ródão. ----------

----A presente deliberação foi aprovada em minuta. ----------

----***c)*** *- Conselho Cinegético Municipal;* ----------

----O membro Maria José Sobreira, em nome da bancada Socialista, apresentou como proposta para este Conselho, o Vitor Hugo Fontelas de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Sarnadas de Ródão, não havendo nenhuma proposta por parte da bancada do PSD. ---------

----Dando cumprimento ao estipulado na alínea e) do n°2 do artigo 157°, do Decreto-Lei Lei n° 202/2004, de 18 de agosto, republicado

pelo Decreto-Lei n°2/2011, de 6 de janeiro, a Assembleia Municipal, após votação, deliberou por unanimidade, eleger o **Vitor Hugo Fontelas de Oliveira**, Presidente da Junta de Freguesia de Sarnadas de Ródão, para integrar o Conselho Cinegético Municipal.----------

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.----------

---- ***d)*** *- Centro de Coordenação Operacional Municipal.*----------

---- O membro Maria José Sobreira, em nome da bancada Socialista, apresentou como proposta para fazer parte deste Centro, o Vitor Hugo Fontelas de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Sarnadas de Ródão, não havendo nenhuma proposta por parte da bancada do PSD.----------

---- Dando cumprimento ao estipulado na alínea e) do n°1 do artigo 15°, do Regulamento da Atividade de Proteção Civil Municipal de Vila Velha de Ródão, a Assembleia Municipal, após votação, deliberou por unanimidade, eleger o **Vitor Hugo Fontelas de Oliveira**, Presidente da Junta de Freguesia de Sarnadas de Ródão, para integrar o Centro de Coordenação Operacional Municipal de Vila Velha de Ródão.----------

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.----------

---- 6-Eleição de membros deste Órgão para integrar a Comissão Municipal de toponímia;----------

---- O membro João Silva começou por cumprimentar todos os presentes, dizendo que apesar desta ser uma eleição por voto secreto, deixava como sugestão a nomeação do membro Maria José Sobreira, devido á sua experiência, pois já integrou esta Comissão no último mandato e conhece bem o Município e os munícipes.-------

---- Após votação e dando cumprimento ao estipulado na alínea c) do n°1 do artigo 26°, da Lei n°75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 15 (quinze) votos,

que do grupo de trabalho que está constituído para atribuir, apreciar e rever os nomes das ruas e largos da sede do concelho, faça parte um elemento desta Assembleia Municipal, faça parte o membro **Maria José Sobreira Mendonça**. ----------

----A presente deliberação foi aprovada em minuta. ----------

----7-Apreciação, discussão e eventual aprovação da Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais de 2025; ----------

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal cumprimentou todos os presentes, deixando uma palavra de agradecimento aos membros deste Órgão, em nome dos munícipes de Vila Velha de Ródão, a disponibilidade para darem algum tempo ao serviço público. --------

----Relativamente a este ponto disse que esta alteração era clara e que, essencialmente, tinha a ver com os cronogramas das obras, ficando ao dispor para qualquer esclarecimento que assim entendessem. ----------

----Não havendo mais intervenções e após votação, foi aprovada por maioria, com 15 (quinze) votos a favor e 4 (quatro) votos de abstenção dos membros Joaquim Manuel Mendes Lopes, Ana Isabel Carmona Pereira Louro, Tiago Manuel Caetano Ferreira e Bianca Maria Cardoso Nawratil, a 8ª alteração orçamental modificativa, para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, constante dos mapas anexos, elaborada nos termos do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, da Norma de Contabilidade Pública n.º 26 e do disposto no ponto 8.3.1.4 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro. ----------

----A referida alteração modificativa contempla, os seguintes valores: ----------

---- A 7.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita Efetiva, para o ano 2026, com um reforço de 3.061.000,00 € (três milhões e sessenta e um mil euros);----------

---- A 7.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa Efetiva, para o ano 2025, no valor de 53.500,00 € (cinquenta e três mil e quinhentos euros); nas Despesas Correntes o valor modificado é de 22.500,00€ (vinte e dois mil e quinhentos euros) e nas Despesas de Capital o valor é de 31.000,00€ (trinta e um mil euros).----------

---- Para o ano 2026, o Orçamento da Despesa Efetiva, com um reforço no valor de 3.911.600,00€ (três milhões novecentos e onze mil e seiscentos euros) e uma diminuição no valor de 850.600,00 € (oitocentos e cinquenta mil e seiscentos euros); nas Despesas Correntes o valor modificado é de 56.600,00€ (cinquenta e seis mil e seiscentos euros) e nas Despesas de Capital o reforço é de 3.911.600,00€ (três milhões novecentos e onze mil e seiscentos euros) e a diminuição é de 850.600,00 € (oitocentos e cinquenta mil e seiscentos euros).----------

---- A 4.ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais, tem uma redução em 2025 de 13.000,00€ (treze mil euros);----------

---- A 8.ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos, com uma redução, em 2025, de 31.000,00€ (trinta e um mil euros) e em 2026, com um reforço de 4.015.000,00 € (quatro milhões e quinze mil euros) e uma diminuição de 954.000,00 € (novecentos e cinquenta e quatro mil euros).----------

---- Foi ainda deliberado, por maioria, com 15 (quinze) votos a favor e 4 (quatro) votos de abstenção dos membros Joaquim Manuel Mendes Lopes, Ana Isabel Carmona Pereira Louro, Tiago Manuel Caetano Ferreira e Bianca Maria Cardoso Nawratil, nos termos da

alínea c) do n.° 1 da Lei n.°8/2012, de 21 de fevereiro-LCPA, aprovar a devida autorização para assunção de compromissos plurianuais resultante dos projetos/ação que preveem acréscimos de dotação em anos seguintes, nomeadamente os projetos 2024/I/9- Novo Edifício do 2.° e 3.° Ciclo do Agrupamento de Escola de Vila Velha de Ródão, 2023/I/8 - Lagar de Varas do Enxarrique, 2023/I/7 - Requalificação Urbanística na Rua da Estrada e 2022/I/2 - Ampliação/Requalificação do Parque Habitacional Social de Vila Velha de Ródão. ----------

----Ratificar, nos termos do n.° 3 do art.° 164.° do CPA e para cumprimento do n.° 2 do art.° 12.° do Decreto-Lei 127/2012, de 21 de junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.° 1 do art.° 6.° da Lei n.° 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), a devida autorização para assunção de compromissos plurianuais resultante da reprogramação dos subsídios aprovados no decurso do corrente ano e cuja execução já só poderá ocorrer em 2026, transformando-se em encargos plurianuais, constantes da lista que integra estes documentos. ----------

----Esta deliberação foi tomada em conformidade com o deliberado na Reunião da Câmara Municipal realizada em 05/12/2025. ----------

----A presente deliberação foi aprovada em minuta. ----------

----8-Apreciação, discussão e eventual aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2026 e seguintes; ----------

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que o valor de vinte e um milhões e quinhentos e sessenta mil euros, na sua totalidade, era o maior orçamento de sempre da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, pelo menos de que tenha memória e isso tinha várias explicações. Desde logo, tinha a ver com o lançamento de várias obras, com reclamações de, pelo menos, uma das

obras, com atrasos nos processos administrativos no Tribunal de Contas e com a falta de realização, ou seja, de execução, no ano 2025 e que os serviços tiveram, como era evidente, que transportar para o ano 2026 e seguintes, uma vez que o orçamento são documentos plurianuais.----------

---- Informou que fora informado hoje que foi aprovada a candidatura para a construção da creche e assim ir-se-ia formalizar de seguida os trâmites normais para iniciar este processo.--------

---- Relativamente ao orçamento, explicar que isto tinha muito a ver, evidentemente, com algumas ideias que o Executivo tinha para o futuro do Concelho, mas que, dada a quantidade de obras em execução já definidas anteriormente, ter-se-ia que aguardar pela possibilidade ou não de as poder executar.----------

---- Acrescentou ainda que, mais uma vez, os cronogramas influenciaram o orçamento, por isso ter-se chegado aos vinte e um milhões de euros, como tiveram a oportunidade de ver.----------

---- O membro Maria José Sobreira começou por deixar uma palavra de agradecimento aos funcionários da Câmara Municipal, que como já era hábito, elaboraram com clareza e facilidade de analise estes documentos, o que nem sempre era fácil.----------

---- No seguimento da intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que o orçamento para o ano 2026 era o maior de sempre, dando continuidade ao crescimento dos anos anteriores, apresentando um aumento bastante expressivo de 35% (trinta e cinco por cento) a 41% (quarenta e um por cento), atingindo o valor total de 21.560.000 euros (vinte e um milhões e quinhentos e sessenta mil euros), o que há uns anos atrás parecia impensável. Comparado com os anos anteriores, representava mais do dobro do orçamento de 2022, frisando em seguida alguns dos aspetos mais significativos

deste orçamento, nomeadamente o respeitante ao aumento das receitas correntes, concluindo que este resultado mostrava o rigor e a exigência com que o Executivo pretendia gerir o Município. --------

----Um outro aspeto deste orçamento, era a inexistência de passivos financeiros, pretendendo realizar os investimentos sem recorrer a financiamentos, evitando assim comprometer as gerações futuras. ----------

----Mas o grande destaque deste orçamento era sem dúvida a lista dos grandes projetos apresentados, realçando alguns. ----------

----Desejou que o Executivo consiga cumprir os prazos previstos para a realização destas obras, consciente da dificuldade que todos conheciam na contratação de recursos humanos. ----------

----O membro Joaquim Lopes destacou um elemento fundamental, que era a habitação. De facto, segundo a leitura que fizera do Orçamento, estava em curso a Carta Municipal de Habitação, uma habitação digna, acessível para promover a coesão social e territorial, evitando o despovoamento dos núcleos históricos. -----

----Salientou também a importância da constituição de novos loteamentos, nomeadamente, o Loteamento da Avenida da Serra, em Vila Velha de Ródão e o Loteamento do Lagar Novo, em Sarnadas de Ródão, este com acesso à Estada Nacional 18, com nova entrada sul à Sede do Concelho, e à Freguesia de Sarnadas de Ródão, com a implementação de um novo loteamento no futuro e a existência de lotes da Associação Desportiva e da Ação Cultural Sarnadense em Sarnadas de Ródão que também era uma vertente que, de certo, a Câmara e a Associação, da qual não era o presidente da direção, iriam chegar a um entendimento. ----------

----Assim, concordava que a habitação era uma nova centralidade e uma prioridade estratégica do Concelho. Se fosse a votar

parcialmente o orçamento, não teria dúvidas em votar favoravelmente, porque achava que era um objetivo fundamental para o Concelho.----------

---- Destacou a vertente do desporto e do lazer, porque também era importante e as populações também precisavam disso, lançando um desafio ao Senhor Presidente António Carmona, no sentido de que, face aos indícios de crescimento da população jovem e da estabilização da população intermédia e sénior, para quando a construção de um pavilhão multiusos, ajustado à nossa condição, mas que permitisse realizar atividades esportivas, modalidades de pavilhão, atividades culturais, musicais, congressos, seminários, conferências e outros eventos, dando espaço à amostra e comercialização de produtos endógenos da nossa região, durante todo o ano.----------

---- Quanto ao associativismo, disse estar muito ligado às associações, nomeadamente à Associação Desportiva e da Ação Cultural Sarnadense de Sarnadas de Ródão, havendo a necessidade de apoiar mais as associações, pois estas estão mais próximas das populações, com atividades inerentes ao seu objeto social, promovendo o convívio e o bem-estar entre as pessoas que, na sua opinião, era uma vertente que não deveríamos esquecer.----------

---- Relembrou ainda que a Associação Desportiva e da Ação Cultural Sarnadense iria realizar o seu cinquentenário no ano de 2026.-----

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por se referir á intervenção do membro Maria José Sobreira dizendo que uma das explicações para a redução das despesas com o pessoal tinha a ver, essencialmente, não porque os ordenados baixaram, mas por outras questões, nomeadamente num decréscimo no recrutamento pessoal, portanto, de novos postos de trabalho, de pessoas que estavam em

mobilidade e deixaram de estar no quadro e também na diminuição de tarefeiros avençados, daí esta diminuição com os custos com o pessoal. ----------

----Em resposta á intervenção do membro Joaquim Lopes, disse que questão da habitação, que defendeu sempre nas campanhas eleitorais a aposta na continuidade, pensando que isto era uma matéria transversal em que toda a gente estava de acordo. Tinha que se ver o Concelho como um todo, no entanto as Sarnadas de Ródão tinham uma posição estratégica essencial para Vila Velha de Ródão e isto não era de agora, não tinha a ver com centralidades, porque para termos uma centralidade, teríamos que alocar um determinado conjunto de serviços que justificasse essa centralidade, como também muito bem sabem. Mas as Sarnadas tinham realmente uma posição estratégica e geográfica que permitia, pela sua proximidade ao maior centro populacional do Distrito, ter algumas vantagens. Isso foi plasmado ao longo destes anos naquilo que se passou numa pequena localidade desta Freguesia que é os Amarelos que têm uma população jovem e que se fixou precisamente devido à proximidade a Castelo Branco. Adiantou que a primeira decisão que tomara com o Executivo da Câmara, foi a construção num novo loteamento com vinte e oito moradias, com lotes que vão entre os seiscentos e os mil metros quadrados. ----------

----Em relação ao loteamento da Avenida da Serra, este era um desafio enorme devido a todo o processo que foi desenvolvido, nomeadamente com o HIRU que obrigou a Câmara de Vila Velha de Ródão a uma alteração ao projeto inicial, que tinha a ver com a possibilidade da Assembleia Municipal autorizar que parte daquelas casas deixassem de ser para arrendamento e passassem a ser para venda para possibilitar, caso isso viesse a acontecer, que a

construção das casas que eram para venda financiasse as restantes casas, proposta essa que a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade. Em relação aos lotes da Associação Sarnadense, manifestara desde a primeira hora, ainda enquanto candidato, abertura para resolver o problema destes lotes. Mas, como também manifestara a Drª Maria do Carmo enquanto Presidente de Câmara e também o anterior Presidente Luís Pereira, a vontade de resolver o problema desses lotes e, entretanto, já fizera um protótipo de uma proposta ao Presidente de Direção, no sentido de se resolver, de uma vez por todas, o problema. Alertou, no entanto, que a partir do momento em que a Câmara Municipal ponha à venda vinte e oito lotes, que em principio poderão ser vendidos na ordem dos quatro mil euros, a Associação terá muita dificuldade em vender os seus lotes. No entanto, era da opinião que a vantagem que via nos lotes da Associação era que, enquanto decorria o projeto e a execução do loteamento novo, haveria a hipótese de satisfazer algumas pessoas que já manifestaram interesse à Câmara Municipal através de *e-mail*, em vir morar para o Concelho, mais informando que o Presidente da Direção desta Associação manifestou-se interessado na solução e assim, esta era uma negociação que iria iniciar a partir de janeiro, no sentido de resolver um problema que, não foi criado pelos vários Executivos Camarários, havendo alguma discrepância de ideias e de princípios, bem como de decisões, que era legítima, mas também, ao nível da Associação, uns queriam vender, outros não queriam e acabou por não se resolver o problema.----------

---- Referindo-se á questão do pavilhão multiuso, disse que essa era uma ideia que já existia há muito tempo, mas com toda a responsabilidade que este cargo implicava, com um volume de obras de catorze milhões de euros, num orçamento que normalmente anda por

volta dos onze, doze até quinze milhões, havia sempre alguma coisa que ficava para trás. ----------

----Este Executivo prometera em campanha eleitoral uma situação que queria honrar o mais rapidamente possível, que era a questão da piscina coberta porque havia um problema grave ao nível de transportes devido ás câmaras pagarem ordenados muito baixos na categoria dos motoristas e estes profissionais serem muito melhor remunerados no setor privado. Assim, havia uma grande dificuldade em efetuar os transportes de passageiros e satisfazer todos estes pedidos, nomeadamente o transporte dos alunos da academia sénior todas as semanas para Proença-a-Nova para as aulas de hidroginástica. Portanto, achava ser uma excelente ideia a construção de um pavilhão multiusos, no entanto, neste momento, existia um espaço fantástico junto ao Centro Náutico, que com alguma adaptação, no imediato, poderá servir para este fim. -------

----Continuou dizendo que, na sua opinião, as associações tinham um papel essencial, por isso, durante a campanha eleitoral, promovera reuniões com todas as associações do Concelho. ----------

----Relativamente à ADACS, garantiu que iria empenhar-se na resolução do problema dos lotes. ----------

----O membro Arlindo Marques, salientou a aposta do Executivo no projeto "*Gavião Digital Cowork*", cujo objetivo será criar um espaço que acolha trabalho remoto e *coworking*, formação profissional e tecnológica, iniciativas de empreendedorismo local, atividades colaborativas e comunitárias, pensando que com este espaço ganhava-se mais uma infraestrutura de apoio ao desenvolvimento local profissional e tecnológico. ----------

----O membro Cristina Marques, começou por cumprimentar todas as pessoas presentes, referindo-se em seguida ao problema dos lotes da

ADACS e em resposta à intervenção do membro Joaquim Lopes, disse que na altura dos acontecimentos fazia parte desta associação, quando o Senhor Luís Pereira estava no seu primeiro mandato, ou no princípio do segundo e os membros da Direção quiseram pôr os lotes á venda, e nessa altura faziam muita falta às Sarnadas que os mesmos fossem habitados, trocando estes por uma sede que a ADACS não tinha, porque entre várias outras coisas, fora-lhes tirada metade da sede, que foi construída pelos sócios. Foi feita uma Assembleia em que o membro Joaquim Lopes e mais aqueles que estavam agora na presidência da associação, votaram contra e só lá não estavam os lotes e não estavam lá as casas e pessoas a morar, porque eles votaram contra e foi feita essa proposta porque achavam que era uma mais valia para as Sarnadas de Ródão e também porque tinham que se fazer muitas atividades para se conseguir pagar o IMI. ----------

---- Pelo exposto esperava que a atual direção consiga resolver este problema, só que na sua opinião, achava que agora já era muito tarde, uma vez que iriam lá ter vinte e oito lotes ao preço da chuva.----------

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por se referir à intervenção do membro Arlindo Marques, dizendo que o investimento num espaço de *coworking*, que se irá instalar na antiga escola de Gavião de Ródão, assentava na garantia de, em parceria com uma empresa de multimédia de Vila Velha de Ródão, haverá algum dinamismo naquele espaço, sendo este um investimento de cerca de quatrocentos e sessenta mil euros.----------

---- Aproveitou para se referir às obras de requalificação da Rua da Estrada, dizendo que esta, acima de tudo, era uma obra de enorme coragem do anterior executivo, prestando uma homenagem ao anterior

executivo relativamente a isso. Era público que as coisas não correram bem a vários níveis, mas a obra agora estava a decorrer, não com a celeridade desejada e iria tomar as medidas necessárias no sentido de junto da empresa, fazer acelerar a obra. Uma obra de três milhões e novecentos mil euros, estar a decorrer com uma retroescavadora, um cilindro pequenino e cinco ou seis pessoas, não lhe parecia eficaz. Assim, iria tomar as medidas necessárias para que a obra não tivesse derrapagens em termos de prazos, até porque este facto traria também derrapagem em termos de custos. ----------

----Relativamente à intervenção do membro Cristina Marques e a situação que aqui expôs, disse que na altura as pessoas tinham uma ideia e hoje tinham outra, pensando que dever-se-ia enaltecer a mudança de opinião, reforçando que por parte da Câmara podiam contar com a ajuda para resolver o problema. ----------

----O membro Joaquim Lopes, em relação ao facto de em tempos ter votado contra à venda dos lotes, disse que as pessoas evoluíam e agora estavam a votar favoravelmente. Mais informou que em relação a este assunto, houve uma reunião da Assembleia Geral da Associação Desportiva de Ação Cultural Sarnadense, da qual era o Presidente da Assembleia Geral e foi deliberado proceder à abertura do processo negocial com a Câmara Municipal, para alienação dos lotes e isso estava aprovado em Assembleia Geral, com o seu voto a favor, esperando agora os procedimentos no futuro. ----------

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que este facto demonstrava que tinha havido uma evolução daquilo que tem acontecido e ficava satisfeito com isso, sendo que seria um prazer para ele se conseguir resolver esse problema. ----------

----Não havendo mais intervenções e após votação, foram presentes os Documentos Previsionais para o ano 2026, constituídos por: -----

- Relatório do Orçamento;----------
- Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimentos, Plano de Atividades Municipais e Orçamento;----------
- Normas de Execução do Orçamento;----------
- Mapa de Entidades Participadas;----------
- Notas Explicativas (reposições não abatidas nos pagamentos e outras receitas);----------
- Orçamento e Plano de Atividades do Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de Vila Velha de Ródão.----------

---- Após análise dos mesmos, a Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n°1, do artigo 25°, da Lei n°75/2013, de 12 de setembro, deliberou por maioria, com 15 (quinze) votos a favor e 4 (quatro) votos de abstenção dos membros Joaquim Manuel Mendes Lopes, Ana Isabel Carmona Pereira Louro, Tiago Manuel Caetano Ferreira e Bianca Maria Cardoso Nawratil, aprovar os Documentos Previsionais para o ano de 2026.----------

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.----------

---- 9-Apreciação, discussão e eventual aprovação da Mapa de Pessoal para 2026;----------

---- O membro Joaquim Lopes disse ter analisado o número de profissionais ligados à Câmara Municipal e verificara duas vertentes, que era a habitação e a digitalização ou a informática. Não sabia se o Executivo estaria a pensar nestas áreas, aumentar o quadro de pessoal na área da fiscalização Municipal e na área de técnico informático, devido a estes desafios.----------

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que os mapas de pessoal e tudo aquilo que tinha a ver com o pessoal, eram sistemas dinâmicos e isto tinha uma explicação simples que tinha a ver com aquilo que aconteceu em 2007, que foi a implantação da fábrica da

AMS em Vila Velha de Ródão e que levou o Concelho a estar em contraciclo sempre, durante o período da bolha imobiliária e, nesse sentido, termos tido muito mais desafios. ----------

----Continuou dizendo que neste momento estavam duas pessoas na área informática e tinha que se precaver a necessidade de mais alguma situação, como também havia um lugar aberto em psicologia e que não estava provido, porque estavam a decorrer na ação social determinados projetos que estavam a funcionar muito bem através dos mesmos. Assim, tinha as situações abertas e seria um desejo enorme da parte do Executivo Camarário, ter necessidade, ou sentir necessidade de prover esses lugares. ----------

----Não havendo mais intervenções e após votação, a Assembleia Municipal, deliberou, ao abrigo da alínea o) do n°1 do artigo 25°, da Lei n°75/2013, de 12 de setembro e de acordo com o artigo 29° e 30° da Lei n° 35/2014, de 20 de junho, do artigo 24° da Lei 49/2012, de 29 de agosto e o artigo 3° do Decreto Lei n°209/2009, de 3 de setembro, aprovar por maioria, com 15 (quinze) votos a favor e 4 (quatro) votos de abstenção dos membros Joaquim Manuel Mendes Lopes, Ana Isabel Carmona Pereira Louro, Tiago Manuel Caetano Ferreira e Bianca Maria Cardoso Nawratil, as despesas de representação, bem como estrutura de Alteração ao Mapa de Pessoal, a respetiva caraterização dos postos de trabalho e os gastos com recrutamento de trabalhadores para novos postos de trabalho para o ano de 2026. ----------

----A presente deliberação foi aprovada em minuta. ----------

----10-Apreciação, discussão e eventual aprovação do Contrato Programa entre o Município e o Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de Vila Velha de Ródão (CMCD); ----------

----Os membros Maria José Sobreira e Célia Ribeiro declararam que

não iriam participar nem votar neste ponto por fazerem parte da Direção desta Associação.----------

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal enalteceu o papel do Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento desde há muitos anos no panorama da comunidade rodense. Hoje mais relevante pela existência de uma Academia Sénior que já contava com mais de duzentos alunos e isso era meritório para quem tem estado diretamente ligado à Academia Sénior, que permitia aos menos novos, passar estes anos da sua vida com uma melhor qualidade de vida, com um envelhecimento com mais qualidade. Na sua opinião, isto não era, para a Câmara, não tem sido e não será seguramente para este Executivo, uma despesa, mas sim um investimento no bem estar. O CMCD era muito mais do que isso, mas esta era a face mais visível.-

---- Não havendo mais intervenções e após votação, a Assembleia Municipal, em conformidade com a alínea k) do n°2 do artigo 25° e atendendo às atribuições fixadas nas alíneas e), f) e m) do n.°2 do artigo 23.°, todas do Anexo I da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 47.° da Lei n.° 50/2012, de 31 de agosto, aplicável por força dos números 3 do artigo 56.° e do artigo 59.°, ambos deste diploma legal, aprovou por unanimidade, o Contrato Programa a celebrar entre o Município e o Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de Vila Velha de Ródão - CMCD, que se dá por transcrito e se arquiva nos documentos presentes na sessão, cujo contrato tem por objeto a cooperação entre os outorgantes, com vista ao desenvolvimento de atividades culturais, desportivas, recreativas, económicas e de lazer, nos termos da minuta da Ata n°25/2025, que se arquiva nos documentos presentes na sessão, aprovada na reunião do Executivo realizada em 05/12/2025.---------

---- A presente deliberação foi tomada na ausência dos membros

Maria José Sobreira Mendonça e Célia Maria Sequeira Ribeiro, que se ausentaram da sala durante a apreciação e votação do presente ponto. ----------

----A presente deliberação foi aprovada em minuta. ----------

----11-Apreciação, discussão e eventual aprovação da atualização do Anexo I do Contrato de Delegação de Competências do Município de Vila Velha de Ródão na Diretora do Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão para o Ano de 2026; ----------

----O membro Maria João Carrilho, começou por cumprimentar todos os presentes, muito especialmente a Presidente da Assembleia Municipal que foi sua professora e era com enorme orgulho e enquanto professora do Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão que tomava a palavra neste ponto. ----------

----Falar de educação era falar de um dos pilares essenciais do desenvolvimento deste município e da construção do futuro das crianças e jovens do Concelho. Como sociedade, sabíamos que a educação era uma responsabilidade coletiva e era nas escolas que se formavam cidadãos críticos, participativos e preparados para os desafios do mundo contemporâneo. Mas era também aqui, nesta Assembleia Municipal, que definimos as condições e os recursos que permitirão que cada escola desempenhe plenamente a sua missão. Os desafios que enfrentamos eram exigentes. A necessidade de assegurar infraestruturas adequadas, seguras e modernizadas, destacando a construção do novo edifício da escola e o reforço das respostas do ensino pré escolar, para que nenhuma criança fique sem vaga. ------

----Congratulou-se com a aprovação da quarta Sala no Jardim de Infância do Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão. O aumento dos apoios socioeducativos para famílias em situação de vulnerabilidade e a valorização de todos os profissionais da

educação, cujo trabalho diário sustenta o funcionamento do nosso sistema educativo, o reforço consistente de todo o Município tem-se traduzido no investimento nas nossas escolas.----------

---- Existem melhores salas, espaços exteriores mais seguros, maior eficiência energética e total acessibilidade. Cada escola deve ser, pois, um espaço digno, inovador e inclusivo, pois a educação era o maior investimento que se podia fazer.----------

---- Não era uma despesa, era um compromisso com o futuro. Cada decisão que tomarmos hoje terá um impacto direto na vida das crianças e jovens que amanhã liderarão o nosso Concelho.----------

---- Terminou com o apelo que saiamos desta Assembleia unidas e unidos num compromisso real com a educação, com a igualdade de oportunidades e com o desenvolvimento humano e social deste Município e era bom sentir que o Município estava com a escola sempre que era necessário para além daquilo que era expectável, que estavam sempre atentos e foi com muito gosto que no dia a seguir à tomada de posse estiveram no jardim de infância e também em outras partes da escola, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores procurando perceber as necessidades do Agrupamento, de cada sala, de cada espaço para conseguir melhorar sempre e cada vez mais.----------

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que neste ponto não havia muito para dizer e que este contrato com a Delegação de Competências tinha muito a ver com a Delegação de Competências que iniciou há uns anos na área da educação e que a Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, esta a anterior que foi quando começou esta situação, sempre honraram com toda a lealdade. Mais disse que para além desta delegação de competências e para além desta verba que constava do documento, a Câmara Municipal ia

muito para além disso, como por exemplo, o acesso por parte de todos os alunos à plataforma digital "escola virtual", completamente gratuito, pensando que não existia na maioria das escolas a nível nacional. ----------

----Ao nível de infraestruturas era realmente um problema bom que existia pois houve uma subida de 88% (oitenta e oito por cento) no número de alunos e como tal estava-se sempre, de há uns anos para cá, sempre em obra. ----------

----A escola também era muito dinâmica, os alunos precisam sempre cada vez de mais coisas e a Câmara Municipal tem de facto uma equipa alocada só à parte da educação refletindo a importância que a educação tinha para esta Câmara Municipal e para as anteriores, como já afirmara. ----------

----Não havendo mais intervenções e após votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atualização do Anexo I para o ano de 2026, do Contrato de Delegação de Competências do Município de Vila Velha de Ródão na Diretora do Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão, no domínio da educação, no âmbito do n°2 da clausula décima quinta do Contrato de Delegação de Competências aprovado pela Assembleia Municipal em 25/04/2022, nos termos do estipulado no artigo 4.° do Decreto Lei n°21/2019, de 30 de janeiro na redação atual e ao abrigo do disposto na alínea k) do n°1 do artigo 25°, da Lei n°. 75/2013 de 12 de setembro, em conformidade com a minuta da Ata n°25/2025 e nos termos do documento apresentado e aprovado na reunião do executivo realizada em 05/12/2025. ----------

----A presente deliberação foi aprovada em minuta. ----------

----12-Apreciação, discussão e eventual aprovação da não aplicação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem; ----------

---- Não tendo havido intervenções e após votação, a Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea b) do n°1 do artigo 25° da Lei n° 75/2013 de 12 de setembro e conforme proposta da Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, a **não aplicação**, no ano de 2026, da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, prevista nos termos do artigo 169° da Lei n°16/2022, de 16 de agosto.----------

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta.----------

---- 13-Apreciação, discussão e eventual aprovação da fixação de Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis;----------

---- O membro Alexandra Ventura começou por cumprimentar todos os presentes, bem como um cumprimento especial à Senhora Presidente da Mesa e ao seu regresso à vida política, dizendo que, à semelhança da Maria João, a professora Maria do Carmo também foi sua professora e era um orgulho imenso voltar a lidar com ela, desejando a todos os membros que integram este mandato o objetivo comum do desenvolvimento e interesse deste Concelho.----------

---- Continuou dizendo que a bancada do Partido Socialista congratulava o Município pelo apoio prestado às famílias em função do número do agregado familiar, destacando a redução do IMI como uma medida e um benefício para a comunidade.----------

---- Aproveitou para deixar um agradecimento pelas palavras proferidas pelo Senhor Presidente do Executivo ao Centro Municipal de Cultura e à Academia Sénior, referindo que este era um projeto que era desenvolvido por si desde o primeiro ano. Era um projeto que ia para o seu décimo primeiro ano, com duzentos e um alunos e com previsão de mais uns quantos inscritos no Natal.----------

---- Não havendo mais intervenções e após votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com base no preceituado nos números 1, 5 e 8 do artigo 112° e n° 1 do artigo 112°-A, do anexo I

ao Decreto-Lei n° 287/2003, de 12 de novembro (Código do Imposto Municipal sobre Imóveis) e ainda da alínea d) do n°1 do artigo 25° da Lei 75/2013 de 12 de setembro, fixar as Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, em 2025 e de acordo com a proposta do executivo municipal, nos seguintes valores: ----------

----a)-Prédios Rústicos: 0,8% (taxa estabelecida por lei); -------

----b)-Prédios Urbanos: 0,3%; ----------

----c)-Prédios Urbanos Degradados: majoração de 30%; ----------

----d)-Redução da taxa para o agregado familiar, prevista no artigo 112°-A do CIMI. ----------

----A presente deliberação foi aprovada em minuta. ----------

---14-Apreciação, discussão e eventual aprovação da participação variável no I.R.S.; ----------

----Não havendo intervenções e após votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos e para os efeitos previstos nos números 1 e 2 do artigo 26°, da Lei n° 73/2013, de 3 de setembro e de acordo com a proposta do executivo municipal, que a participação do município de Vila Velha de Ródão no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na área do município, relativamente ao ano de 2026, seja de **5%** (cinco por cento). -------

----A presente deliberação foi aprovada em minuta. ----------

----15-Apreciação, discussão e eventual aprovação do lançamento de Derrama; ----------

----O membro Maria José Sobreira referindo-se às percentagens propostas na fixação da taxa de derrama neste concelho, disse que na opinião da bancada Socialista eram corretas, permitindo manter a atitude de apoio às empresas de Vila Velha de Ródão, com particular incidência nas de menor dimensão. Entendiam que, tal como as famílias com maiores recursos, também as empresas deviam dar o

contributo ao território onde estão instaladas.----------

---- A aplicação desta taxa não tem sido entrave à fixação de empresas no Concelho, como se podia comprovar pelas várias áreas de investimento desenvolvidas nos últimos anos.----------

---- Num Concelho como este, em que as receitas próprias do Município eram muito reduzidas, o valor da derrama assumia um papel preponderante no total das receitas municipais, tendo muitas vezes superado as receitas do IMI e sendo essencial para a continuidade do apoio aos jovens, às famílias, aos idosos e aos mais vulneráveis.----------

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, disse que não fizera comentários sobre o IMI e o IRS, porque eram impostos decididos pela AT, mas sobre a derrama deixava aqui a sua posição referindo a importância que esta receita realmente tinha para o Município, parecendo-lhe que o compromisso com a comunidade era essencial para as grandes empresas, e este imposto representou, cerca de meio milhão de euros de receita no último ano, o que era significativo.-

---- Não havendo mais intervenções e após votação, a Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 18° da Lei 73/2013, de 3 de setembro, e ao abrigo do disposto na alínea d) do n°1 do artigo 25° da Lei 75/2013 de 12 de setembro, deliberou, por maioria, com 15 (quinze) votos a favor e 4 (quatro) votos de abstenção dos membros Joaquim Manuel Mendes Lopes, Ana Isabel Carmona Pereira Louro, Tiago Manuel Caetano Ferreira e Bianca Maria Cardoso Nawratil, o seguinte:----------

---- a)- Aprovar o lançamento de uma Derrama, para o ano de 2025, nos termos do n°1 do artigo 18° da Lei 73/2013, de 3 de setembro, no valor de **1,2%**;----------

---- b)--- - Aprovar, nos termos do n° 24 do mesmo artigo, uma taxa

reduzida de Derrama, no valor de **0,6%**. ----------

----A presente deliberação foi aprovada em minuta. ----------

----16-Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município nos termos da alínea c) do n.º2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro; ----------

----Sobre este ponto foi entregue a cada membro da Assembleia uma Informação escrita evidenciando no nº1, a situação financeira, reportada à data de 3 (três) de dezembro, nomeadamente, os valores da receita cobrada de 10.687.991,71€ (dez milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, novecentos e noventa e um euros e setenta e um cêntimos), dos pagamentos efetuados de 8.953.215,24€ (oito milhões, novecentos e cinquenta e três mil, duzentos e quinze euros e vinte e quatro cêntimos) e do saldo reportado a 03/12/2025 de 4.776.291,79€ (quatro milhões, setecentos e setenta e seis mil, duzentos e noventa e um euros e setenta e nove cêntimos), bem como as faturas por pagar a fornecedores no valor de 203.850,66€ (duzentos e três mil, oitocentos e cinquenta euros e setenta e seis cêntimos). ----------

----No nº2, as principais atividades desenvolvidas pela autarquia nos setores da Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres, Ação Social, do Desenvolvimento e Turismo, no Apoio ao Desenvolvimento e Proteção Civil, no da Habitação e Urbanismo, Obras e Projetos Municipais, bem como a informação sobre os recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes. ----------

----Não ouve intervenções neste ponto. ----------

----17-Outros assuntos de interesse para o Município; ----------

----O membro Célia Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Fratel e em nome do Executivo desta Freguesia, deixou uma palavra de satisfação relativamente ao avançar das obras da Habitação

familiar, situada à entrada de Fratel, propriedade do município.--
---- Relativamente à necessidade de intervenções nesta freguesia, reforçou a necessidade de apoio a no sentido de melhorar a zona do parque de campismo, através da colocação de infraestruturas indispensáveis, de forma a tornar o espaço mais aprazível e seguro a quem o frequentava, na requalificação do Largo do Espírito Santo em Fratel, através da colocação de madeiras, dado que as existentes foram demolidas por não garantirem as melhores condições de segurança, a substituição de máquinas de manutenção, essa ficará a cargo da Junta de Freguesia. Também melhoramento nas azinhagas adjacentes ao Centro de Saúde e à Sociedade Filarmónica Fratelense.
---- Em Perdigão, a resolução relativamente ao encaminhamento das águas pluviais, que provocam o assoreamento de valetas existentes na Rua da Lameirancha e no Largo do Meio teso.----------
---- Na Ladeira, a resolução relativamente ao encaminhamento das águas pluviais provenientes da serra, junto à paragem do autocarro e na Rua das Casas.----------
---- Terminou com os desejos de votos de boas festas a todos os presentes.----------
---- O membro Benvinda Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Perais, começou por cumprimentar todos os presentes referindo que este momento marcava o início de um novo percurso, que esperava que fosse feito de cooperação, respeito e um verdadeiro espírito de equipa. Deixou um cumprimento especial à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Maria do Carmo Sequeira e ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Carmona, bem como todo o Executivo, desejando-lhes muita força e determinação para os desafios que aí vinham, mas com gosto e com muita vontade de trabalhar pelo Concelho, afirmando que da parte da Junta de

Freguesia de Perais, reafirmavam a total disponibilidade para colaborar com o Município. ----------

----Deixou uma palavra de agradecimento muito sincero ao Executivo Municipal pelo apoio prestado na obra das acessibilidades de acesso ao Edifício da Junta de Freguesia, tanto pelo apoio financeiro que tornou possível realizar a obra, como pelo apoio técnico e jurídico que garantiu que tudo fosse feito de forma correta, segura e eficiente. ----------

----Reforçou que tinha outras obras e projetos que precisavam de seguir em frente essenciais para o desenvolvimento da freguesia de Perais, para melhorar a qualidade de vida desta população. Contavam naturalmente com a continuação da boa colaboração que tem havido para conseguir concretizar esses objetivos. ----------

----Destacou um pedido muito sentido por esta comunidade, a instalação de um multibanco em Perais para servir toda a freguesia e essencial, especialmente para a população mais idosa e para quem tinha dificuldade em deslocar-se. ----------

----Acrescentou um pedido igualmente urgente e de grande importância para a segurança das populações que era o arranjo da Estrada Municipal 355 de ligação a Monte Fidalgo, e em Vale de Pousadas, a Rua da Escola, porque o estado atual destas vias representava um risco claro para quem nelas circulava. ----------

----Terminou desejando a todos um bom Natal e um bom 2026. -------

----O membro Vítor Marques começou por se referir aos lotes do Lagar Novo em Sarnadas de Ródão, que pelos vistos, têm suscitado algum interesse e ainda bem, porque Sarnadas bem precisava de gente para a habitar, assim como todo o Concelho de Vila Velha de Ródão. Assim, questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal, se estaria em condições de garantir que em 2026 esses lotes iriam ser

disponibilizados na totalidade ou parte deles.----------

---- Referiu em seguida que presidindo à Associação "As Nossas Gentes", Rancho Folclórico de Sarnadas Ródão, lançava o desafio ao Senhor Presidente do Executivo para que os ajudasse, aliás como têm vindo já a manifestar-se, na extrema necessidade de terem uma sede. Assim, aproveitava este início de mandato, para também pedir uma ajuda da Câmara Municipal para encontrar uma sede, lembrando-se do edifício central em Sarnadas de Ródão, que não está a funcionar e, se calhar, seria ideal rentabilizá-lo, não de uma forma económica, mas sim de uma forma lúdica.----------

---- O membro Arlindo Marques começou por referir a reabertura no dia dezassete de outubro do CIART, Centro de Interpretação de Arte Rupestre do Vale do Tejo, em Vila Velha de Ródão, após uma intervenção profunda que requalificou e ampliou o espaço com um novo projeto museográfico. Os Centros de Interpretação eram cruciais para educar, consciencializar e conectar visitantes ao património, seja natural ou cultural, usando abordagens interativas e emocionais, ainda além da simples exposição para promover o turismo, a identidade local e o desenvolvimento sustentável, sendo uma ferramenta vital para a comunicação eficaz de histórias e valores de um território, especialmente onde museus tradicionais não eram viáveis. A bancada do Partido Socialista de Vila Velha de Ródão mostra o seu contentamento pela conclusão deste projeto, pois, sendo um dos mais importantes recursos deste território ao nível do património natural e cultural, era também um dos ativos mais importantes que ficava ao dispor da comunidade, podendo contribuir com a sua dinamização em termos económicos, sociais e educativos.----------

---- Relativamente às obras de limpeza do leito da Foz da Ribeira

do Enxarrique, que foi alvo de obras de limpeza, uma intervenção que teve início no último mandato, tendo terminado há pouco tempo e que abrangeu o troço final deste afluente, imediatamente antes da confluência com o Rio Tejo e a bancada do Partido Socialista de Vila Velha de Ródão mostrava a sua satisfação pela execução deste projeto, pois, sendo esta zona muito solicitada a nível turístico e também, um ponto de referência de visita dos nossos concidadãos, tornou-se uma mais valia em termos de embelezamento paisagístico, mas mais importante do que o referido anteriormente, estava a salvaguarda do habitat natural, onde os mais atentos poderão constatar que, neste momento, já se notava consideravelmente a diferença através do desenvolvimento e aumento da fauna nesse local. ----------

----O membro Ana Louro começou por cumprimentar todos os presentes, dizendo que se falara aqui de vários investimentos em habitação, em crianças a vir para o Concelho, mas uma coisa que tem vindo a alertar à cerca de há um ano ou mais e enquanto munícipe, nalgumas assembleias municipais, era a questão do transporte. Havia investidores que vinham para cá, bem como alguns casais e depois não tinham transporte, quer na freguesia de Sarnadas de Ródão, quer na freguesia de Perais, que era as que conhecia melhor, não sabendo se nos outros lados tinha o mesmo problema, mas nas várias freguesias apenas existia um dia por semana o transporte que o Município disponibilizava e muito bem. Sabia que na Comunidade Intermunicipal vem-se falando em projetos de tentativas de transporte a pedido, deixando aqui o repto para solucionar esta situação, porque havia alguns casais que se iam embora, havia pessoas que vinham para cá residir, alugavam casas fora da sede do Concelho e depois não tinham como se deslocar para Vila Velha de

Ródão ou para Castelo Branco, achando que isso deveria ser pensado. ---- Pelo que sabia, existiam dois projetos-piloto, com Proença-a-Nova para aqui, mas pensava que dever-se-ia pensar também para dentro deste concelho. Esta situação também era válida para o Mercadinho de Natal que ocorreu agora, havendo pais de crianças do Agrupamento residentes na Freguesia de Perais, que era a freguesia onde residia, que não tinham carro e que não puderam vir com as suas crianças, porque não tinham transporte para isso.----------

---- No seguimento dos investimentos referidos para Vila Velha de Ródão e Sarnadas de Ródão e sabendo que não seria para já, há muitos anos foi falado no loteamento do Moutinho sendo algo que deveria ser pensado para o futuro, porque Perais, de todas as freguesias, era a única que não tinha esse tipo de infraestruturas e havendo grandes investimentos agrícolas na região de grandes empresas, era importante também que se acompanhasse esse investimento na área da habitação para esta freguesia.----------

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por se referir à intervenção do membro Célia Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Fratel, registara algumas situações que achara pertinentes, nomeadamente, a requalificação do Largo Espírito Santo e que lhe parecia relativamente fácil de resolver.----------

---- Relativamente à intervenção da Benvinda Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Perais, disse que houve desenvolvimentos sobre a situação do multibanco, ainda com o Executivo anterior, para agilizar o processo de instalação do multibanco em termos de local e este Executivo iria continuar a trabalhar nesse sentido.--

---- Em relação à Estrada 355, esta era uma obra com alguma volumetria, porque este Concelho e esta freguesia eram atravessados diariamente por muitos camiões de madeira, que têm que andar nas

estradas, como era evidente. ----------

----Sobre o Vale de Pousadas, esclareceu que foi das primeiras coisas que questionara quando chegou à Câmara Municipal, no inicio deste mandato, como estava a situação da empreitada do Alcatrão. Isto porque teria que se fazer o levantamento dos locais que necessitavam de intervenção, para depois fazer a empreitada para a instalação desse Alcatrão, uma vez que não tínhamos meios próprios. Esse levantamento estava feito e decorrendo do período da empreitada, iniciar-se-ia esses trabalhos. ----------

----Relativamente à intervenção do membro Vítor Marques, nomeadamente ao loteamento do Lagar Novo, havia ainda um problema para resolver, ou seja, uma pequena parcela de terreno que ainda não estava na posse do Município, apesar de já estar definido no projeto do loteamento, esta parcela ainda não estava negociada com o proprietário da mesma, parecendo-lhe que será possível de ultrapassar e não deixariam seguramente de fazer aquilo que queriam fazer por causa disso. ----------

----Sobre a sede da Associação "As Novas Gentes", disse que a ideia referida por este membro já ele próprio tinha equacionado e ter-se-ia que identificar as necessidades das duas Associações. Realmente existia um espaço em Sarnadas de Ródão, que poderá ser uma solução para aquilo que se pretende, mas como já dissera, isto era uma questão de se falar com as duas associações e em conjunto ver aquilo que se podia fazer. ----------

----Em referência à intervenção do membro Arlindo Marques, sobre as obras de limpeza da foz da Ribeira do Enxarrique, era de enaltecer aquilo que foi feito, tendo sido retirados dezenas de camiões de lodo que aí estava depositado e hoje era um ribeiro completamente novo, aproveitando-se também para alargar o ribeiro

na foz e deixar um espaço para as pessoas poderem usufruir do mesmo, deixando uma palavra de agradecimento ao Presidente do anterior Executivo pela gestão deste processo, dando mais algumas informações sobre o mesmo.----------

---- Relativamente à intervenção do membro Ana Louro e no que dizia respeito aos transportes, já existiam esses projetos piloto, principalmente um, que já estava em execução em pequena escala, informando qual era a dificuldade da Comunidade Intermunicipal, porque isto foi decidido em termos de Comunidade por uma questão de organização e por uma questão de rentabilidade de custos para os Municípios que a incluíam. Nesta questão dos transportes havia um problema que era o facto de existir uma empresa que há pelo menos dois anos que andava em tribunal a reclamar do concurso e não deixava as coisas avançarem e não se podia, por modo próprio, criar uma despesa ou criar um transporte que não terá a utilização necessária para ser justificável. Aquilo que propunha, deixando aqui a sugestão para os Presidentes de Junta, porque também estes tinham que ter essa responsabilidade, era tentar agilizar com as carrinhas da Junta o transporte das pessoas que realmente não tinham como se deslocar.----------

---- Sobre a habitação, lembrou que já há muitos anos, o então Presidente do Executivo José Baptista Martins, comprou uns terrenos à entrada de Perais para a instalação de uma piscina, onde está agora o campo de jogos, projeto esse que não se veio a realizar. Existe assim um lote que é precisamente para urbanizar, no entanto, nestas coisas teríamos que ser pragmáticas e todos viam o Concelho como um todo, não tendo dúvidas disso, mas ainda não tinha existido uma procura como houve em relação às outras freguesias, tendo assim que priorizar os locais de maior procura habitacional.----------

----Em resposta à intervenção do membro Ana Louro sobre a informação de que tinha havido interesse por parte de um particular em implementar nesse terreno um projeto turístico, o Senhor Presidente da Câmara respondeu que se o promotor do projeto era um particular não poderia ser implementado neste espaço. No entanto questionou se o mesmo era naquele lote que estavam a falar, porque tinha algumas dúvidas que a Câmara Municipal fosse vender lotes para a construção de um projeto turístico, mas não conhecia esta situação. ----------

----O membro Ana Louro disse que levou este assunto a várias reuniões da Câmara Municipal porque havia um conjunto de investidores que, por si, não queriam aparecer para fazer isso e falara do loteamento do Moutinho. Na altura em que houve um projeto aqui na Avenida da Serra, que também foi à Hasta pública e foi uma única pessoa que ganhou, foi nessa mesma altura que houve um projeto similar em Perais. Disse não se recordar do nome da empresa, mas tinha a ver com o promotor da motonáutica, o Doutor Paulo, mas depois não foi a avante. ----------

----Deixando aqui a questão de que, quando existisse essa possibilidade e se existia o projeto para o loteamento, o porquê de não avançar, porque se a Câmara Municipal avançar com o mesmo de certeza iria ter procura, inclusive havia casais que estavam neste momento com arrendamento em Perais que avançavam de certeza. ------

----O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que a posição da Câmara Municipal era muito simples, legítima e correta de uma Câmara Municipal, ou seja, o terreno estava lá, mas o loteamento ainda não estava feito, logo, havendo interesse como existiu em Sarnadas de Ródão, de pessoas para aí construir, iniciar-se-ia o processo sem problema nenhum. ----------

---- ***18- Período de intervenção do público nos termos do artigo 21° do Regimento;*** ----------

---- Não havendo intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos pela participação neste fórum, desejando a todos umas boas festas, dando por terminada a presente sessão, às dezanove horas e quarenta e cinco minutos e dela se lavrou a presente ata, que depois de lida e julgada conforme, vai ser assinada pelos membros da mesa. ----------

Paula Cristina Ribeiro Gonçalves

Moção de Congratulação

A política local desempenha um papel essencial no desenvolvimento equilibrado e sustentável de qualquer comunidade. É ao nível do poder autárquico que as decisões têm impacto mais direto na vida das pessoas, influenciando o quotidiano de cada cidadão — desde a qualidade dos serviços públicos à gestão do território, passando pelo apoio social, cultura, educação e dinamização económica.

A proximidade entre eleitos e população permite uma maior compreensão das reais necessidades da comunidade, potenciando decisões mais informadas, eficazes e ajustadas à realidade local. A política, quando exercida com sentido de responsabilidade, transparência e participação cívica, torna-se uma ferramenta fundamental para fortalecer a coesão social, promover a igualdade de oportunidades e garantir que todos tenham voz na construção do futuro coletivo.

O poder autárquico deve por isso ser de união e proximidade. Neste âmbito a bancada do Partido Socialista apresenta a seguinte **Moção de Congratulação**, expressando publicamente o reconhecimento pelos resultados alcançados, nas últimas eleições autárquicas de 2025.

O Partido Socialista obteve uma vitória expressiva nas eleições autárquicas, reforçando a confiança dos cidadãos no seu projeto político. A candidatura à **Câmara Municipal**, liderada por **António Carmona**, alcançou uma vitória clara e absoluta garantindo a continuidade de um projeto autárquico focado no progresso, coesão e desenvolvimento do concelho. A candidatura à **Assembleia Municipal**, liderada por **Maria do Carmo Sequeira**, foi igualmente vencedora, traduzindo o reconhecimento dos eleitores pelo trabalho desenvolvido. O Partido Socialista venceu ainda em todas as quatro **Juntas de Freguesia** do concelho, elegendo: **Célia Ribeiro**, na Freguesia do Fratel; **Benvinda Dias**, na Freguesia de Perais; **Vítor Oliveira**, na Freguesia de Sarnadas de Ródão; **Joaquim Nunes**, na Freguesia de Vila Velha de Ródão.

A bancada do Partido Socialista congratula formalmente todas as candidaturas autárquicas no concelho de Vila Velha de Ródão, dando enfoque ao Partido Socialista pelos resultados obtidos, reconhecendo o mérito das equipas e o empenho demonstrado ao longo de todo o processo eleitoral. **Saudar o trabalho e dedicação** de todos os candidatos, simpatizantes e voluntários que contribuíram para estes resultados, reforçando o papel do PS enquanto força política de proximidade e compromisso com o concelho de Vila Velha de Ródão.

A bancada do Partido Socialista faz votos de um excelente mandato aos eleitos em todos os órgãos autárquicos, reiterando a expectativa de que exerçam as suas funções com responsabilidade, transparência e foco na melhoria contínua da qualidade de vida dos cidadãos. Porque o concelho de Vila Velha de Ródão merece a dedicação e compromisso de todos.

Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão

Vila Velha de Ródão, 12 de dezembro de 2025

A bancada do Partido Socialista de Vila Velha de Rodão.

Moção contra dilatação do prazo de encerramento
da Central Nuclear de Almaraz

Sabendo da intenção do Governo espanhol relativamente ao encerramento de todas as centrais nucleares do país entre 2027 e 2035, sabendo que a Central Nuclear de Almaraz tem licença para operar até 2028, constatando as múltiplas notícias que nos chegam através dos Órgãos de Comunicação Social, ficámos a saber que as empresas proprietárias da Central Nuclear de Almaraz pediram recentemente autorização para adiar o seu encerramento até 2030.

Os Deputados Municipais do Grupo Político do Partido Socialista não podem deixar de manifestar a sua preocupação:

- A Central Nuclear de Almaraz iniciou operação comercial em 1983, e o seu funcionamento original já foi prolongado várias vezes. Ambientalistas alertam que a central opera com "segurança degradada" devido à idade e falta de atualização de algumas especificações técnicas de segurança.

- Devido à sua proximidade geográfica e ao facto de se situar numa zona de risco sísmico, pois a Central Nuclear de Almaraz é uma central nuclear situada no município de Almaraz (Cáceres), a cerca de 100 km da fronteira com Portugal.

- É refrigerada pela água proveniente do rio Tejo, que passa no nosso concelho pelo que qualquer incidente ocorrido nas suas instalações teria um potencial impacto transfronteiriço direto e imediato em Portugal, tanto na população como nos recursos hídricos.

- Relativamente à Gestão de Resíduos Radioativos, a central promove o prolongamento da sua vida útil por via da instalação de unidades de Armazém Temporário Individual (ATI) que recebem elementos de combustível irradiado e que são utilizados na produção de eletricidade. Para 2026 está prevista a ampliação destas estruturas o que representará um novo prolongamento do seu funcionamento e riscos acrescidos em relação a uma central que já deveria ter encerrado, o que gerou queixas formais de Portugal à Comissão Europeia no passado. As preocupações centram-se na segurança a longo prazo deste armazenamento e no facto dos resíduos persistirem por milhares de anos.

- A falta de um Plano de Emergência Transfronteiriço é inexistente. A criação de um Plano de Emergência para a Central Nuclear de Almaraz foi proposta pelo Bloco de Esquerda e chumbada na Assembleia da República durante a discussão do Orçamento de Estado para 2025, com votos contra do PSD e do CDS e abstenção do PS, IL e CH.

- No enquadramento atual, há também a preocupação de que a central possa ser vulnerável a ameaças externas, como ataques terroristas, de países em guerra ou quedas de aeronaves.

- As consequências de um eventual acidente nuclear poderiam colocar vidas em risco, criar zonas inabitáveis, contribuindo para o encerramento de indústrias e consequentemente à extinção de postos de trabalho, afetando gravemente a vida das pessoas, assim como a economia e a segurança de Portugal.

Nesse sentido, os Deputados Municipais do Grupo Político do Partido Socialista apresentam uma moção propondo as seguintes medidas:

- Solicitar ao Ministério do Ambiente que interceda, junto das instituições europeias, para coagirem o Governo espanhol a providenciar o encerramento definitivo da Central Nuclear de Almaraz;

- Recomendar à Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão que promova, na medida do possível, junto da Assembleia Municipal uma sessão de esclarecimento sobre a matéria com um especialista da área.

Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão

Vila Velha de Ródão, 12 de dezembro de 2025

A bancada do Partido Socialista de Vila Velha de Ródão